



301 – ADVOGADO

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto-base para as questões 01 e 02

“Enquanto todo mundo espera a cura do mal
E a loucura finge que isso tudo é normal
Eu finjo ter paciência
E o mundo vai girando cada vez mais veloz
A gente espera do mundo e o mundo espera de nós
Um pouco mais de paciência” - Lenine

01) Acerca dos trechos sublinhados na canção de Lenine, é possível afirmar:

- (A) Somente o primeiro trecho sublinhado proporciona rima ao texto devido ao uso da palavra “normal”.
- (B) Ambos apresentam linguagem conotativa, visto que os verbos “fingir” e “esperar” são utilizados em sentido figurado.
- (C) O segundo trecho sublinhado apresenta ironia no uso do verbo “esperar”.
- (D) A figura de linguagem prosopopeia está presente nos dois trechos.

02) A respeito da análise sintática dos termos na canção de Lenine, é INCORRETO afirmar:

- (A) No terceiro verso, “ter paciência” funciona como complemento verbal de “finjo”.
- (B) No quinto verso, “do mundo” funciona como objeto indireto da primeira ocorrência da forma verbal “espera”.
- (C) No segundo verso, o complemento verbal de “finge” é somente a palavra “que”, pois assume, por meio de catáfora, o trecho “isso tudo é normal”.
- (D) No quarto verso, a locução verbal “vai girando” não exige complementação, apenas apresenta adjunto adverbial.

03) No que tange à pontuação, analise a tirinha e assinale a opção que apresenta a análise INCORRETA.



- (A) As reticências no último quadrinho foram utilizadas para indicar que o personagem teve sua fala interrompida por outro.
- (B) As reticências no primeiro quadrinho indicam que o trecho possuía partes anteriores que não foram citadas dentro da tirinha e partes que ainda virão no segundo quadrinho.
- (C) As aspas ao longo da tirinha foram utilizadas pelo mesmo propósito: indicar citação.
- (D) A vírgula no último quadrinho foi empregada para isolar o vocativo “filho”.

Texto-base para as questões 04 e 05

Deixa-me seguir para o mar – Mário Quintana

Tenta esquecer-me... Ser lembrado é como
evocar-se um fantasma... Deixa-me ser
o que sou, o que sempre fui, um rio que vai fluindo...

Em vão, em minhas margens cantarão as horas,
me recamarei de estrelas como um manto real,
me bordarei de nuvens e de asas,
às vezes virão em mim as crianças banhar-se...

Um espelho não guarda as coisas refletidas!
E o meu destino é seguir... é seguir para o Mar, as imagens
perdendo no caminho...
Deixa-me fluir, passar, cantar...

toda a tristeza dos rios é não poderem parar!

04) Em “um rio que vai fluindo...”, o trecho destacado

- (A) restringe “um rio”, diferenciando-o de outros rios; caracterizando-o com precisão, sendo, por isso, trecho indispensável para a compreensão do texto.
- (B) acrescenta a “um rio” uma qualidade acessória, apenas para esclarecer melhor, sendo, por isso, dispensável para a compreensão do texto.
- (C) indica uma condição ou hipótese necessária para que o eu-lírico possa se comparar a “um rio”.
- (D) funciona como complemento nominal de “um rio”, o qual, por consequência, é objeto direto de “deixa-me ser”.

05) “Deixa-me ser o que sou, o que sempre fui, um rio que vai fluindo...”

Quanto às formas verbais empregadas nos versos acima, indique a única classificação que contém ERRO.

- (A) “Deixa” – 2ª pessoa do singular do imperativo afirmativo do verbo deixar
- (B) “fui” – 1ª pessoa do singular do pretérito perfeito do verbo ir
- (C) “sou” – 1ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo ser
- (D) “vai” – 3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo ir

Texto-base para as questões de 06 a 10

Onde vivem as semelhanças

MARINA ARANHA

Toda hora, o Facebook indica uma lista de possíveis amigos. São sugestões de novos contatos a partir de alguns tantos milhões de misteriosos algoritmos, que podem propor adicionar _____ rede alguém que vive perto de você, frequenta os mesmos lugares, curte as mesmas páginas ou é amigo de amigo. Vai saber.

As sugestões das redes sociais são baseadas em nosso comportamento virtual, embora haja muita incerteza sobre quais seriam, de fato, os critérios usados pelos aplicativos. Dizem por aí, por exemplo, que se você xeretar o perfil de alguém irá aparecer como indicação de possível amigo _____ quem foi vasculhado. É uma hipótese e conheço muita gente que deixou de ficar bisbilhotando por aí em razão das suspeitas.

[...]

Tenho muitas amigas parecidas comigo, mas outras tão diferentes que, se alguém nos vê na rua, fica difícil imaginar o que é que nos une. Às vezes, nem eu sei muito bem como eu me aproximei das pessoas com quem me relaciono. Como a frase do célebre Chicó, personagem de Ariano Suassuna em O Auto da Compadecida, “só sei que foi assim”. É fato que algum denominador comum, em algum momento, desencadeou empatia e afeto, _____ despeito de qualquer aparente distinção, e esses sentimentos foram os responsáveis pelo encontro de outras semelhanças ao longo da convivência.

Quando as redes sociais indicam alguém para uma nova amizade, é impossível medir a possibilidade de sucesso dessa relação. Da mesma maneira que, por informações bem superficiais, você pode escolher um possível par romântico em aplicativos de relacionamento: tem tudo para virar casamento, desde que as afinidades avancem para além das poucas polegadas da tela de um smartphone. Pode ser que as informações mais generalistas sejam o início de uma relação que cresça nas diferenças — ou que outros gostos e costumes iguais surjam ao longo do tempo.

Uma das maiores críticas _____ redes sociais e _____ tecnologia é o distanciamento que as duas foram capazes de causar às relações humanas e afetivas. Via de regra, passamos a nos comunicar e nos conectar por canais digitais e deixamos de conhecer gente que vale a pena só porque, aparentemente, elas não têm nada a ver com o que achamos que somos. Além, claro, de termos deixado de interagir no mundo real com quem já compartilhamos sentimentos e relações.

Apenas por aparências e informações rasas, talvez eu não tivesse os amigos que tenho hoje, simplesmente por achar que, a grosso e virtual modo, não temos paridades. Agindo assim, eu teria perdido ótimas pessoas. E você?

06) Com relação ao emprego do acento indicativo da crase, assinale a opção que preenche, conforme norma-padrão e na ordem, as lacunas no texto.

- (A) a / à / a / as / a
- (B) à / à / à / às / à
- (C) à / a / a / às / à
- (D) a / a / à / as / a

07) “embora haja muita incerteza” (2º parágrafo)

O conectivo em destaque, no contexto em que se encontra, NÃO poderia ter como sinônimo:

- (A) contanto que
- (B) mesmo que
- (C) por mais que
- (D) conquanto

08) “elas não têm nada a ver com o que achamos que somos” De acordo com as regras vigentes de acentuação gráfica, o vocábulo sublinhado no segmento extraído do texto:

- (A) foi equivocadamente acentuado.
- (B) recebeu acento por estar na terceira pessoa do plural do presente do indicativo.
- (C) recebeu acento por ser oxítona terminado em “em”.
- (D) foi acentuado por ser monossílabo e por estar na terceira pessoa do singular.

09) Qual das palavras destacadas nas opções abaixo é uma conjunção integrante e inicia uma oração de valor substantivo?

- (A) “talvez eu não tivesse os amigos que tenho hoje”
- (B) “conheço muita gente que deixou de ficar bisbilhotando por aí”
- (C) “o início de uma relação que cresça nas diferenças”
- (D) “só sei que foi assim”

10) Sabendo que parônimos são palavras que apresentam semelhança do ponto de vista gráfico e fonético, indique a opção em que o parônimo grifado foi usado INADEQUADAMENTE.

- (A) Foi necessário pagar a taxa solicitada.
- (B) Os mergulhadores irão emergir após uma hora de exploração do fundo do mar.
- (C) O juiz diferiu o pedido de *habeas corpus*.
- (D) O gabarito será retificado por conter erro.

LEGISLAÇÃO: CONSTITUIÇÃO FEDERAL / LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO / REGIMENTO INTERNO

11) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, aprovados em concurso público serão estáveis após três anos de efetivo exercício.

Sobre essa temática, marque a opção INCORRETA:

- (A) Mesmo após a aquisição da estabilidade, o servidor público poderá perder seu cargo. Uma hipótese é a perda decorrente de sentença judicial transitada em julgado.
- (B) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (C) A Emenda Constitucional nº 19, de 1998, incluiu a avaliação especial de desempenho, realizada por comissão instituída para essa finalidade, como condição obrigatória para a aquisição da estabilidade. Porém tal obrigatoriedade foi revogada em 2020, de modo que basta o transcurso do período de 3 anos do estágio probatório, para aquisição do direito à estabilidade.
- (D) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

12) Considerando os direitos e garantias fundamentais elencados no artigo 5º da Constituição da República, analise as afirmativas abaixo:

I - Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX da Constituição da República.

II - A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante pagamento com títulos da dívida pública, de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

III - As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial, exigindo-se o trânsito em julgado;

IV - O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Está(ão) CORRETA(S) a(s) afirmativa(s):

- (A) III, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.

13) O artigo 108 da Lei Orgânica Municipal de Itaocara/RJ disciplina uma série de direitos assegurados aos servidores públicos civis, além de outros que a lei estabelecer. Dentre eles, está a licença-paternidade, a qual, em consonância com a norma legal mencionada, será de:

- (A) 05 (cinco) dias
- (B) 20 (vinte) dias
- (C) 30 (trinta) dias
- (D) 15 (quinze) dias

14) Marque a opção que indica CORRETAMENTE a disposição aplicada ao servidor público em exercício do mandato eletivo, investido no mandato de Vereador, nos termos da Lei Orgânica Municipal de Itaocara/RJ.

(A) Independente da compatibilidade de horário, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração.

(B) Desde que haja compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração de cargo eletivo. Caso haja incompatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração.

(C) Havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração de cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe vedado optar pela remuneração.

(D) Independente da compatibilidade de horário, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe vedado optar pela remuneração.

15) Em relação à aposentadoria do servidor público, disciplinada na Lei Orgânica do Município de Itaocara/RJ, marque a opção INCORRETA:

(A) O servidor será aposentado por invalidez permanente, com os proventos integrais, quando decorrentes de acidentes em serviços, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos.

(B) A aposentadoria por invalidez poderá, a requerimento do servidor, ser transformada em seguro-reabilitação, custeado pelo Município, visando a reintegrá-los em novas funções compatíveis com suas aptidões.

(C) O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

(D) O servidor será aposentado compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

16) A Lei Orgânica Municipal de Itaocara/RJ define que o Poder Público Municipal manterá processo permanente de planejamento, visando promover o desenvolvimento do Município, o bem-estar da população e a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais.

Tendo em vista que o processo de planejamento municipal considera aspectos técnicos e políticos, orienta-se por determinados princípios e se realiza por meio da elaboração e manutenção atualizada de determinados instrumentos, marque a opção que NÃO corresponde a um instrumento do planejamento municipal.

(A) Democracia e transparência no acesso às informações disponíveis

(B) Lei de diretrizes orçamentárias

(C) Plano diretor

(D) Orçamento anual

17) O artigo 140 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaocara/RJ diz:

“Art. 140. As vagas na Câmara dar-se-ão por extinção ou perda do mandato.”.

Sobre extinção e perda de mandato, marque a única opção CORRETA:

(A) A extinção se verifica por deliberação do Plenário, na forma e nos casos previstos na legislação vigente.

(B) A perda dar-se-á por morte, renúncia, falta de posse no prazo legal ou regimental, perda ou suspensão dos direitos políticos, ou por qualquer outra causa legal hábil.

(C) A extinção do mandato se torna efetiva a partir do Decreto Legislativo, promulgado pelo Presidente e devidamente publicado.

(D) A renúncia do Vereador far-se-á por ofício à Câmara, reputando-se aberta a vaga a partir da sua protocolização.

18) A Comissão Parlamentar de Inquérito é uma espécie de Comissão Temporária, as quais são constituídas com finalidades especiais e que se extinguem com o término da Legislatura ou antes dela, quando atingidos os fins para os quais foram constituídas.

Sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito, marque a opção INCORRETA:

(A) A Comissão Parlamentar de Inquérito concluirá seus trabalhos através de relatório final, que deverá conter, entre outros requisitos, exposição e análise das provas colhidas.

(B) Se a Comissão Parlamentar de Inquérito não concluir os seus trabalhos dentro do prazo regimental estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, por maioria simples e antes do término do prazo, a requerimento de membro da Comissão, a prorrogação do prazo para o seu funcionamento.

(C) A Comissão Parlamentar de Inquérito, no exercício de suas atribuições e no interesse da investigação, poderá convocar e tomar depoimento de autoridades municipais, bem como de qualquer cidadão, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso.

(D) Em caso excepcional, e devidamente justificado, poderá o Presidente da Comissão requisitar ao Presidente da Câmara o assessoramento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, por profissionais técnicos na matéria em exame, desde que a própria Câmara Municipal não disponha de tal funcionário em seu quadro.

19) O Decoro Parlamentar pode ser entendido como decência, respeito às normas de convivência, pelas quais se segue um código de ética, resultando em uma conduta individual exemplar e que se espera ser adotada por aqueles que representam a sociedade.

Neste sentido, observa-se que determinadas condutas são incompatíveis com o Decoro Parlamentar.

Isto posto, marque a opção CORRETA sobre o exposto acima, em consonância com o Regime Interno da Câmara Municipal de Itaocara/RJ.

(A) Usar, em discurso ou proposição, expressões que contenham incitamentos à prática de crimes é conduta punível com a suspensão temporária do mandato.

(B) A penalidade de suspensão temporária do mandato será aplicada pelo Plenário, por maioria absoluta e escrutínio secreto, assegurada a ampla defesa.

(C) Praticar ofensas físicas ou morais, na sede da Câmara, a outro parlamentar, a Mesa ou Comissão ou seus respectivos Presidentes é conduta punível com censura verbal.

(D) Descumprir os deveres inerentes ao mandato é conduta punível com a suspensão temporária do mandato.

20) No que se refere à disciplina da possibilidade de participação popular no Poder Legislativo, marque a opção CORRETA, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaocara/RJ.

(A) As questões de relevante interesse do Município poderão ser submetidas a plebiscito ou referendo, mediante resolução, de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal.

(B) As comissões podem realizar audiências públicas com entidades civis ou filantrópicas sem fins lucrativos, por requerimento de qualquer de seus membros ao Presidente da Câmara, porém é vedado que as citadas entidades solicitem a realização de audiência pública.

(C) O cidadão que desejar poderá usar da palavra durante a primeira discussão dos projetos de lei, exceto os de iniciativa popular, para opinar sobre eles.

(D) O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

INFORMÁTICA BÁSICA

21) Dentro da infraestrutura física da internet, um roteador é

(A) um equipamento usado para conectar diferentes redes de computadores entre si.

(B) uma barreira de proteção que controla o tráfego de dados entre seu computador e a Internet (ou entre a rede onde seu computador está instalado e a Internet).

(C) um dispositivo eletrônico que modula um sinal digital em uma onda analógica para ser transmitido pela linha telefônica e que na outra extremidade demodula e extrai do sinal analógico a informação para o formato digital original.

(D) um equipamento que se destina a interligar diversos computadores em uma rede.

22) Assinale a opção que se refere a um endereço de e-mail inválido:

(A) milton.brandao@gmail.com

(B) miltonbrandao@checkou.gmail.com

(C) miltonbrandao_@gmail.com

(D) milton_brandao@gmail.com

23) A Lixeira é uma pasta especial do Windows 8 que pode ser acessada através de seu ícone na área de trabalho ou no Explorador de Arquivos. Em relação à pasta lixeira no Windows 8, NÃO é correto afirmar:

(A) É possível restaurar arquivos e pastas da Lixeira para qualquer outro local usando Recortar / Colar ou arrastando-os.

(B) Não é possível abrir arquivos que estão na Lixeira.

(C) Um arquivo que foi excluído para a Lixeira não ocupa espaço no disco rígido.

(D) Ao excluir arquivo de forma que a capacidade de armazenamento atual da lixeira seja excedida, ela eliminará os mais antigos para liberar espaço e, assim, armazenar o atual.

24) Assinale abaixo a afirmação que NÃO é verdadeira:

(A) Pelo Webmail, podem ser acessadas as mensagens da sua caixa postal no provedor sem configurar em seu computador os nomes dos servidores SMTP e POP.

(B) O SMTP - Simple Mail Transfer Protocol é o protocolo usado no sistema de correio eletrônico na arquitetura Internet para o envio de mensagens eletrônicas.

(C) Usados em conjunto com a criptografia, os Certificados Digitais fornecem uma solução de segurança completa, assegurando a identidade de uma ou de todas as partes envolvidas em uma transação eletrônica.

(D) Apenas usar endereços IPs para construir uma rede local onde se compartilham impressoras, discos e pastas não caracteriza uma Intranet. Para que uma rede se caracterize como uma Intranet, é necessário, além da utilização do endereçamento IP, utilizar serviços disponibilizados pelo protocolo TCP/IP.

25) Normalmente um atacante procura garantir uma forma de retornar a um computador comprometido, sem precisar recorrer aos métodos utilizados na realização da invasão. A esses programas que permitem o retorno de um invasor a um computador comprometido, utilizando serviços criados ou modificados para esse fim, dá-se o nome de:

(A) Cavalo de Troia

(B) Spyware

(C) Worm

(D) Backdoor

26) Existem dados que são importantes para o computador funcionar corretamente e não podem ser apagados mesmo se tiver uma queda de energia e desligar o PC. Que tipo de memória do computador é responsável por não haver essa perda?

(A) Memória ROM

(B) Memória Cache

(C) Memória RAM

(D) Memória Flash

27) Dentro do Windows 7, no painel de navegação do Windows Explorer, para acessar os itens da Área de trabalho e também todos os locais que você acessou recentemente no seu computador ou na rede basta clicar na seguinte categoria:

(A) Rede

(B) Computador

(C) Favoritos

(D) Biblioteca

28) No Excel 2016, cada guia tem vários grupos que mostram os itens relacionados em conjunto. Os grupos abaixo estão localizados em qual guia?

“Informações, Novo, Abrir, Salvar, Salvar Como, Imprimir, Compartilhar, Exportar, Publicar, Fechar, Conta e Opções.”

(A) Página Inicial

(B) Arquivo

(C) Inserir

(D) Dados

29) Dentro do Microsoft Windows 10, que tipo de controle é frequentemente empregado na representação da estrutura de diretórios do disco rígido?

- (A) Caixa de Verificação
- (B) Lista Hierárquica
- (C) Caixa de Combinação
- (D) Tabelas Relacionais

30) Um backup é uma cópia de segurança que deve ser gravada numa mídia removível em um lugar seguro. Que tipo de backup se refere à descrição abaixo?

É utilizado após um backup normal, copiando somente os arquivos que possuem o atributo de arquivamento, mas não retira tal atributo, ou seja, copia somente os arquivos novos e alterados, gerando um arquivo que irá acumular todas as atualizações desde o último backup normal.

- (A) Backup Incremental
- (B) Backup Full
- (C) Backup de Cópia
- (D) Backup Diferencial

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31) Acerca dos Tributos, sabe-se que a Base de cálculo traduz a expressão econômica do fato gerador, pois todo fato gerador tributário necessita de um significado econômico.

O art. 145, §2º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 define que: “As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.”.

A explicação dessa previsão se deve ao fato de nos impostos a base de cálculo considerar um fato do indivíduo que exprime a capacidade contributiva por parte desse indivíduo. Por outro lado, nas taxas a base de cálculo exprime o custo da atividade estatal prestada ao contribuinte ou posta à disposição.

Assim, a base de cálculo da taxa não possui relação com a riqueza do particular, como ocorre na base de cálculo do imposto.

Sobre o tema, marque a opção CORRETA, no entendimento do STF.

- (A) É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto.
- (B) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- (C) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, mesmo que haja integral identidade entre uma base e outra.
- (D) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos, desde que não haja um imposto instituído à época da instituição da taxa.

32) Sobre os Direitos assegurados à Pessoa Idosa, marque a opção INCORRETA:

- (A) Os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade, razão pela qual os alimentos serão prestados à pessoa idosa na forma da lei civil.
- (B) Se a pessoa idosa ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao poder público esse provimento, no âmbito da assistência social.
- (C) A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores.
- (D) As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas apenas perante o Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.

33) O artigo 5º, XI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 diz: “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.”.

O STF interpreta o mencionado texto normativo de forma abrangente, de modo que o conceito de casa para o fim da proteção jurídico-constitucional referida no art. 5º, XI, da CRFB/88 se reveste de caráter amplo, compreendendo “qualquer compartimento habitado”; “qualquer aposento ocupado de habitação coletiva”; e “qualquer compartimento privado não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade”. Ou seja, hotéis, pensões, escritórios profissionais e congêneres passam a pertencer ao “conceito” de casa disposto no texto normativo em comento.

Visto que o texto normativo constitucional permaneceu inalterado, não sofrendo qualquer mudança em seu texto e que a mudança ocorrida é apenas no significado e no sentido interpretativo da norma, marque a opção que corresponde à expressão que denomina o fenômeno narrado.

- (A) Processo formal de modificação, materializado por emenda constitucional.
- (B) Processo formal de modificação, materializado por revisão constitucional.
- (C) Processo informal de modificação, materializado por revisão constitucional.
- (D) Processo informal de modificação, materializado pela mutação constitucional.

34) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 expressa em seu Título VII – Da ordem Econômica e Financeira – muitos comandos acerca de quais atividades o Estado deve ou pode realizar.

O art. 173 positiva que: “Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.”.

Portanto, a Constituição não deseja que o Estado assuma, precipuamente, uma função de Estado Agente Econômico. Por outro lado, nos termos do art. 174, a Constituição Federal estabelece um Estado Gerente, incumbindo-o como agente normativo e regulador da atividade econômica.

Dessa forma, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de:

(A) incentivo, fiscalização e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

(B) fiscalização e incentivo, apenas. Sendo o incentivo determinante para o setor privado e indicativo para o setor público.

(C) fiscalização, apenas. Sendo esta determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

(D) planejamento, apenas. Sendo este determinante para o setor privado e indicativo para o setor público.

35) No âmbito do Direito Constitucional, as normas denominadas “normas constitucionais de eficácia limitada” são conceituadas como normas que necessitam de uma regulamentação para que se tornem aptas a produzir todos os efeitos pretendidos.

Visando garantir a efetividade dessas normas, a Constituição Federal se preocupou em criar instrumentos para combater as omissões estatais injustificadas, violadoras da Constituição no que se refere à atividade de complementação e/ou regulação das “normas constitucionais de eficácia limitada”.

Marque a opção CORRETA que corresponde a um desses instrumentos.

(A) Mandado de Segurança

(B) Mandado de Injunção

(C) Ação declaratória de constitucionalidade

(D) Arguição de descumprimento de preceito fundamental

36) Um servidor público da Câmara Municipal de Itaocara/RJ, investido no cargo público de Advogado da Câmara, no exercício legal e regular de suas atribuições, recebeu solicitação do Presidente da Câmara Municipal para emissão de um parecer, a fim de subsidiar a tomada de decisão do Presidente em determinado processo administrativo.

Elaborado e entregue o parecer, este foi utilizado com fundamento para a decisão do Presidente da Câmara, ou seja, o parecer foi utilizado como motivo deste determinado ato.

Sobre a possibilidade de ocorrência da situação narrada, marque a opção CORRETA.

(A) A motivação deve ser explícita, clara e congruente, sendo vedada consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres.

(B) Ocorreu, na situação narrada, a denominada “*motivação aliunde*”, expressamente vedada pelo legislador brasileiro, pois só é permitida a declaração de concordância com fundamentos de decisões anteriores, não pareceres.

(C) A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de parecer anterior, que, neste caso, será parte integrante do ato, configurando a chamada “*motivação aliunde*”.

(D) A motivação deve ser clara e congruente, podendo ser implícita, como ocorre na situação apresentada, consistindo em declaração de concordância com fundamentos de anterior parecer, que não deve ser parte integrante do ato.

37) O Decreto-Lei nº 4.657, de 1942 - Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, também conhecido pela sigla LINDB, é uma norma que disciplina aplicação das leis em geral, recebendo o conceito de “norma sobre normas”.

A Lei nº 13.655/2018 incluiu na LINDB disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público, especificamente, nos artigos 20 a 30.

Acerca dessas alterações, marque a opção INCORRETA.

(A) Na interpretação de normas sobre gestão pública, não podem ser considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor, apenas as exigências das políticas públicas a seu cargo, a fim de que não haja prejuízo dos direitos dos administrados.

(B) As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.

(C) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

(D) Para eliminar incerteza jurídica na aplicação do direito público, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.

38) Nos termos do CPC, denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

Em regra, não é possível a reanálise da sentença transitada em julgado.

Em casos específicos, o CPC prevê uma possibilidade de anulação e desconstituição dos efeitos da decisão transitada em julgado, permitindo um novo julgamento desta causa, a depender do caso.

Trata-se da chamada ação rescisória, nas hipóteses previstas no art. 966 do CPC.

Sobre a ação rescisória, marque a opção CORRETA.

(A) Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, bem como os atos homologatórios praticados no curso da execução, estão sujeitos à ação rescisória, nos termos da lei.

(B) A ação rescisória pode ter por objeto o limite de 2 (dois) capítulos da decisão.

(C) A propositura da ação rescisória, automaticamente, impede o cumprimento da decisão rescindenda.

(D) O terceiro juridicamente interessado tem legitimidade para propor a ação rescisória.

39) O Decreto-Lei nº 201/1967 positiva crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais. Sobre esses crimes, marque a opção CORRETA.

(A) Os crimes de responsabilidade definidos no Decreto-Lei nº 201/1967 não acarretam penas de reclusão e/ou detenção, acarretam, somente, “penas políticas”, como a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação.

(B) Impedir o funcionamento regular da Câmara é crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores.

(C) A condenação definitiva em qualquer dos crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais definidos Decreto-Lei nº 201/1967, acarreta a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.

(D) Apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio é infração político-administrativa dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato.

40) Agências Reguladoras são autarquias, em regime especial, com o objetivo de regulamentar, controlar e fiscalizar a execução de serviços públicos transferidos para o setor privado, evitando a busca desenfreada pelo lucro dentro do serviço público, garantindo o interesse da coletividade, a fim de que o serviço público seja prestado com qualidade e dentro da legislação, sem falhas e abusos.

Esse regime especial, conferido por lei a essas Agências, tem por objetivo conferir maior independência e autonomia, a fim de que estas executem suas atribuições com maior liberdade, tendo em vista o caráter relevantíssimo dessas atribuições.

Dentre estes preceitos legais, pode-se destacar a nomeação diferenciada dos dirigentes, garantia de cumprimento de mandato certo e hipóteses da perda do mandato dos dirigentes.

Nesta senda, marque a opção INCORRETA sobre a hipótese de perda do mandato de membro do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada dessas Agências Reguladoras.

(A) O membro do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada perderá o mandato em caso de condenação judicial transitada em julgado.

(B) O membro do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada perderá o mandato em caso de renúncia.

(C) O membro do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada perderá o mandato em caso de condenação em processo administrativo disciplinar.

(D) O membro do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada perderá o mandato em caso de exoneração *ad nutum*.